

# O cavaleiro de fogo: autoestima, cultura estratégica e controle de armas nucleares no governo de George W. Bush

The knight of fire: self-esteem, strategic culture and nuclear arms control under George W. Bush

---

**DIEGO SANTOS VIEIRA DE JESUS** | dsvj@puc-rio.br

Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil.

Recebimento do artigo 17-dez-10 | Aceite 01-jun-11

**Resumo** O objetivo deste artigo é examinar, a partir do "construtivismo psicológico" desenvolvido por Richard Ned Lebow, a posição do presidente George W. Bush quanto aos assuntos relativos ao controle de armas nucleares. A hipótese aponta que Bush visava a preservar o prestígio dos EUA como grande potência e assim reforçar a sua própria autoestima como um líder neoconservador e a autoestima coletiva dos EUA como pilar da democracia e da liberdade no mundo. Ele adotou, a partir da identidade coletiva institucionalizada de defesa dos valores liberais e da agressividade do "American way of war", uma política que colocava o poder norte-americano no centro da estratégia, numa combinação de força militar sem paralelos e defesa da liberdade e da democracia. Assim, Bush buscou evitar controles rígidos sobre veículos de lançamento, ogivas armazenadas e defesa antimísseis em acordos juridicamente vinculantes sobre o controle de armas nucleares para ampliar a flexibilidade no combate a novas ameaças classificadas como "inimigos da liberdade", como os Estados-pária. **Palavras-chave** EUA; George W. Bush; cultura estratégica; controle de armas nucleares

**Abstract** The aim is to examine, from the psychological constructivist perspective developed by Richard Ned Lebow, the position of President George W. Bush on nuclear arms control. The hypothesis indicates that Bush aimed at preserving U.S. prestige as a great power and thereby strengthening his own self-esteem as a neoconservative leader and U.S. collective self-esteem as a pillar of democracy and freedom in the world. He adopted, from the institutionalized collective identity of defense of liberal values and the aggressiveness of the "American way of war", a policy that put the U.S. power in the center of the strategy, in a combination of unparalleled military strength and defense of freedom and democracy. Bush thus sought to avoid strict controls on delivery vehicles, missile defense and stored nuclear warheads in legally binding agreements on nuclear arms control to strengthen the flexibility to combat new threats classified as "enemies of freedom", such as rogue states. **Keywords** United States; George W. Bush; strategic culture; nuclear arms control.

## Introdução

O período em que George W. Bush fora presidente dos EUA (2001-2009) representou um momento de inflexão na história do controle de armas nucleares. O então presidente norte-americano declarou em 2001 que o Tratado sobre Sistemas Antimísseis (ABM, na sigla em inglês) criava obstáculos à proteção contra possíveis ataques de mísseis conduzidos por Estados-pária<sup>1</sup> e decidiu denunciar esse acordo. Embora os representantes dos EUA e da Rússia dissessem que a denúncia não abalaria a Nova Relação Estratégica, o então presidente russo Vladimir Putin afirmou que o segundo Tratado sobre Reduções de Armas Estratégicas (START II, na sigla em inglês) – que baniria mísseis balísticos intercontinentais com múltiplas ogivas – estava definitivamente morto (WOOLF, 2002). O princípio da irreversibilidade nas reduções atômicas e o desenvolvimento de capacidades de verificação foram abandonados no Tratado sobre Reduções Ofensivas Estratégicas<sup>2</sup> (SORT, na sigla em inglês), assinado em 2002. Esse tratado permite que os EUA e a Rússia determinem a composição de forças estratégicas e não prevê a destruição de ogivas, possibilitando que sejam removidas do desdobramento e armazenadas. Ele não dispõe de definições detalhadas de sistemas, regras de contagem ou procedimentos para verificação (JESUS, 2008). Bush não pretendia retomar os testes nucleares suspensos em 1992, mas se recusou a submeter o Tratado sobre a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês) para uma nova consideração pelo Senado após o veto do Legislativo em 1999 e buscou melhorias nas condições preparatórias de experimentos (YOST, 2005, p.97).

Apesar de especialistas se referirem a esse momento como uma “nova era do desarmamento nuclear” ou como “controle de armas por outros meios” (LARSSEN, 2005), os conceitos de mecanismos robustos tradicionais para o controle e a redução de armamentos atômicos eram gradativamente demolidos em um contexto caracterizado pela busca de maior autonomia para o planejamento militar (JESUS, 2008, pp.400-401, 444-445). O objetivo deste artigo é examinar, a partir do “construtivismo psicológico” desenvolvido por Richard Ned Lebow, a posi-

---

1 O termo “Estado-pária” (*rogue state*) será utilizado em referência a Estados que, na visão do governo norte-americano, desafiam regimes de segurança, não respeitam normas de conduta internacional relacionadas à proliferação de armas de destruição em massa e preservam seu apoio a organizações terroristas. Dentre eles, podem-se apontar o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque sob a administração de Saddam Hussein.

2 O SORT estipula a redução do número de ogivas nucleares estratégicas dos EUA e da Rússia a 1.700-2.200 para cada país até 2012 (JESUS, 2005).

ção do presidente George W. Bush quanto aos assuntos relativos ao controle de armas nucleares. A hipótese aponta que, além de procurar defender os interesses de grandes corporações do complexo industrial-militar, Bush visava a preservar o prestígio dos EUA como grande potência e assim reforçar a sua própria autoestima como um líder neoconservador e a autoestima coletiva dos EUA como pilar da democracia e da liberdade no mundo. Ele adotou, a partir da identidade coletiva institucionalizada de defesa dos valores liberais e da agressividade do “American way of war”, uma política que colocava o poder norte-americano no centro da estratégia, numa combinação de força militar sem paralelos e defesa da liberdade e da democracia. Assim, Bush buscou evitar controles rígidos sobre veículos de lançamento, ogivas armazenadas e defesa antimísseis em acordos juridicamente vinculantes sobre o controle de armas nucleares para ampliar a flexibilidade no combate a novas ameaças classificadas como “inimigos da liberdade”, como os Estados-pária. Na próxima seção, apresentarei o “construtivismo psicológico” e a conexão que ele permite examinar entre as tendências cognitivas e emocionais do ator e as identidades coletivas mais densas de uma subárea específica da cultura: a cultura estratégica. Na seção seguinte, examinarei os elementos que compõem a cultura estratégica norte-americana. Antes de tecer as considerações finais, investigarei como a relação entre as autoestimas individual e coletiva e a cultura estratégica constituiu as decisões de George W. Bush sobre o controle de armas nucleares.

## O construtivismo psicológico e a cultura estratégica

Lebow (2008) propõe uma abordagem construtivista da ordem política e das relações internacionais pautada em teorias de motivos e formação de identidade com base em uma reflexão a partir de Platão e Aristóteles. Na sua visão, a psique humana é composta de espírito, apetite e razão. O espírito remete a uma orientação humana inata, sendo a autoestima o objetivo e a honra e o prestígio os meios pelos quais pode ser atingida. Enquanto o apetite se refere ao desejo ou à necessidade de coisas mundanas como a riqueza, a razão é a orientação inata que pode constranger o espírito e o apetite por meio da educação e da reflexão, manifesta nas regras e normas sociais que governam a busca dos indivíduos e dos Estados por status e riqueza. Alguns atores fundamentais podem violar essas normas na busca de status ou riqueza, levando a uma sequência de violações de

normas pelos demais. Nesse caso, o resultado é um mundo orientado pelo medo, mas, nesse caso, o medo é uma direção de segunda ordem do comportamento humano, não algo natural ou um resultado inescapável da anarquia. É, na verdade, o resultado de eventos e processos contingentes que fazem com que o espírito ou o apetite superem a razão. Tal abordagem permite dar conta das variações na motivação humana e da influência do espírito humano na política internacional, construindo perspectivas sobre a estima a partir da visão dos próprios atores e defendendo que os discursos são inseparáveis das práticas (WOHLFORTH, 2010, pp.468-469). O construtivismo psicológico desenvolvido por Lebow (2008) sinaliza para “mundos baseados no espírito”, nos quais os atores são orientados não pelo medo ou pelo dilema de segurança, mas pelo desejo de preservar o orgulho e a autoestima nas suas identidades individuais e coletivas, para os quais a honra e o prestígio são os pontos-chave. Como o conflito é orientado pelo estabelecimento de uma hierarquia em vez da eliminação do perigo, é provável que ele se mantenha limitado. Porém, tais limites estão sempre em risco de colapso em face das emoções liberadas pela violência (HYMANS, 2010, pp.463-464).

Para Hymans (2010, pp.461-463), o construtivismo psicológico desenvolvido por Lebow (2008) representa um desafio às perspectivas dominantes para o estudo do comportamento internacional, num momento em que neorealistas, institucionalistas neoliberais e construtivistas fizeram suposições limitadas sobre a complexidade da psicologia humana. Ao mesmo tempo, as abordagens cognitivas que buscaram explicar a política externa não se propuseram a desenvolver um paradigma genuíno das Relações Internacionais, de forma a terem sido relegadas em segundo plano na disciplina. Na visão de Lebow (2008), a política internacional somente é possível no contexto social, cujos níveis micro e macro são mutuamente constitutivos. Embora os construtivistas tradicionais concordem com esse princípio geral, eles confiam predominantemente em suposições estruturais “de cima para baixo”. Ao se trazer a psicologia, a promessa original do construtivismo pode ser cumprida. Ademais, a psicologia pode ir além da explicação de desvios do comportamento previsto pela racionalidade, uma vez que a consideração mais precisa de segurança, apetite e autoestima – motivações psicológicas básicas, exógenas aos modelos de escolha racional – revela a operação de mecanismos mais complexos de formulação e tomada de decisão em “seres emocionais”, não simples “computadores”. Os Estados aparecem, assim, como grupos hierarquicamente organizados de “pessoas emocionais”. Ademais, o construtivismo psicológico permite a conexão entre as tendências cognitivas e emocionais dos indivíduos e as identidades co-

letivas mais densas. Essas últimas constituem as primeiras, mas cumpre destacar que nenhuma força social é forte o suficiente a ponto de criar uma “comunidade de clones”, nem o fato de um grupo ter muito em comum leva-nos a assumir que haverá oposição em relação aos outros. Assim, o construtivismo psicológico permite indicar que os indivíduos têm escolhas, embora suas reações a eventos externos possam inicialmente ser definidas por identidades coletivas institucionalizadas. No longo prazo, suas ações em resposta a eventos externos podem até mesmo minar as identidades a partir das quais surgiram (HYMANS, 2010, pp.461-465).

Neste artigo, a proposta é examinar a conexão entre as tendências cognitivas e emocionais do presidente George W. Bush e as identidades coletivas mais densas de uma subárea específica da cultura: a cultura estratégica. Segundo Sims (2002, pp.56-57), a cultura política remete ao conjunto nacional de ideais, interesses e propensões nos quais os formuladores de decisão se baseiam. Já a cultura estratégica é uma subárea que engloba paradigmas de relevância para a segurança e ajuda a explicar por que soluções específicas – como aquelas quanto ao controle de armas, por exemplo, são vitoriosas, algumas vezes não são aceitas no exterior e, mesmo desacreditadas, podem regularmente reaparecer. Para se identificar a cultura estratégica, devem-se observar, na visão da autora, ideias, mitos e crenças que são regularmente citados nos discursos dos políticos e nos *press releases* dos formuladores de decisão. Tal cultura é em geral definida pela circunstância geográfica e pela experiência de guerras repetidas. Os formuladores de decisão, contudo, devem evitar dois perigos ao levarem em conta tal cultura na definição das políticas: a supersimplificação e as suposições de imutabilidade. Segundo Kartchner (2009, pp.55-56), o conceito de “cultura estratégica” vem ganhando espaço, pois permite o entendimento de razões e incentivos para a aquisição, a proliferação e o emprego de armas de destruição em massa por múltiplos atores. Dentre os aspectos da cultura estratégica que podem afetar as decisões relacionadas a tais sistemas, o autor destaca o fato de essa cultura poder ser considerada um “sistema compartilhado de significado”, definindo termos que são entendidos em certas culturas e identificando o que deve ser considerado racional numa sociedade. Ademais, também pode remeter a uma “coleção de preferências de valores”, especificando desejos e objetivos de segurança do grupo, ou a uma “fonte de determinação do comportamento ótimo”, relacionando meios e fins de uma forma culturalmente sancionada e apropriada (KARTCHNER, 2009, pp.57-58).

Assim, cabe questionar se a cultura estratégica fortalece ou mina as políticas e o comportamento dos atores quanto à adesão a normas domésticas e internacio-

nais sobre controle de armas de destruição em massa – no caso dessa pesquisa, as nucleares. A cultura estratégica tem implicações importantes para a dissuasão e para o entendimento de diferentes motivações que diversas comunidades podem ter para aderir a tais regimes. Ademais, a análise dessa cultura pode trazer *insights* na identificação e na avaliação de novas ameaças e aliados, em particular o que inspira sua desconfiança e confiança, quais são as bases das avaliações deles e quais são as justificativas culturais para a aquisição ou não de sistemas de armas. Nessa perspectiva, a adesão ou a rejeição a regimes internacionais de armas de destruição em massa mais provavelmente ocorrerão quando forem consideradas aceitáveis pelos mantenedores da cultura estratégica predominante, quando eles perceberem que tais posições permitam atingir resultados culturalmente desejados ou quando os fins e os meios para alcançar um resultado culturalmente endossado forem compatíveis com o repertório de respostas adaptativas vistas como adequadas pelos mantenedores da cultura estratégica (KARTCHNER, 2009, pp.58-59).

## A cultura estratégica norte-americana

Lantis (2009, pp.42-43) ressalta uma multiplicidade de fontes da cultura estratégica, que abarca tanto elementos materiais – por exemplo, clima, fronteiras territoriais e recursos militares – como ideacionais, tais como a história, a experiência de interação com os demais atores, a natureza e o nível de consolidação das instituições políticas e das organizações de defesa, as doutrinas militares e as relações cívico-militares. Mitos e símbolos de uma sociedade – que expressam seus valores políticos tácitos e explícitos – também podem ser considerados, uma vez que oferecem pontos de referência para a ação estratégica e atuam como fatores de estabilização ou desestabilização na construção de identidades culturais. As transformações geracionais e o desenvolvimento da tecnologia – como as de informação e de comunicação – podem também ser fontes importantes de tal cultura, em particular no que diz respeito ao alcance estratégico do ator. As normas – tanto pela pressão externa como pela adoção voluntária em processos de aprendizado social – atuam como fatores condicionantes, uma vez que definem as possibilidades de mudanças militares na oferta de orientação com relação ao uso da força. Assim, os elementos materiais são importantes na definição de uma cultura estratégica, mas as predisposições identitárias e os fatores ideacionais relacionais são fatores constitutivos fundamentais (LANTIS, 2009, pp.40-41).

A cultura estratégica norte-americana também é composta por um conjunto de crenças, suposições e comportamentos compartilhados. Eles derivam das experiências comuns e das narrativas que delimitam as identidades coletivas e as relações com outros Estados e grupos e determinam meios e fins apropriados para a busca dos objetivos de segurança. No nível nacional, a cultura estratégica dos EUA foi determinada pela crença na segurança autônoma e permeada pela crença no excepcionalismo, enfatizando-se o caráter liberal. Remetendo aos elementos apresentados por Lantis (2009), a posição insular dos EUA pela proteção garantida pelos Oceanos Pacífico e Atlântico e a presença de vizinhos mais fracos ao norte e ao sul ofereceram as condições de possibilidade para a busca de segurança de maneira mais autônoma, a qual amadureceu num ambiente benigno em que o país não foi exaurido com a preparação de guerras e conflitos contra vizinhos. Isso não significa que os EUA não tenham se envolvido em guerras desde sua formação – tanto no seu entorno regional como em nível mundial –, mas que tais conflitos não exauriram o país, o que permitiu, na construção da sua cultura estratégica, o desenvolvimento da visão de que a guerra era um desvio da norma de paz. Além disso, rejeitou-se uma tradição totalmente definida pela política de poder, de forma a fazer com que os norte-americanos se vissem como um caso excepcional (MAHNKEN, 2009, pp.69-75). Ademais, Kupchan (2003, p.12) ressalta que um poder preponderante pode causar mais prejuízos que benefícios a um Estado, pois, quando não controlada, a primazia em geral traz inimigos e provoca a formação de coalizões hostis; porém, quando conduzida com prudência, pode premiar o Estado garantindo seu bem-estar. Brooks & Wohlforth (2002) argumentam que o fato de os EUA terem recursos imensos de poder não significa que devam agir sempre de forma a buscar a dominação indiscriminada, pois o unilateralismo pode produzir resultados no curto prazo, mas reduzir a ajuda voluntária de outros países no enfrentamento dos principais problemas da ordem internacional (BROOKS & WOHLFORTH, 2002).

No desenvolvimento da cultura estratégica, como ressalta Mahnken (2009, pp.69-80), o excepcionalismo aponta para o fato de que agressões contra os EUA sejam vistas como ataques contra os princípios universais e eternos da sociedade mundial, de maneira a acabarem somente pela rendição incondicional do agressor e pela derrubada e transformação do regime local. A partir desse princípio, o impulso de transformação do sistema internacional a serviço dos ideais democráticos desenvolve-se de forma permanente na história norte-americana, que, em diversos momentos, desemboca no moralismo e no legalismo que levam ao lançamento de cruzadas contra o “mal”. A guerra, assim, não é uma continuação da

política como coloca Clausewitz, mas um sintoma de sua ruptura (MAHNKEN, 2009, pp.69-80). A preocupação dos EUA com a promoção da democracia é parte de uma visão liberal mais ampla sobre as fontes de uma ordem internacional estável, legítima e segura. A base está no conceito de “paz democrática”, a noção de que as democracias tenderiam a manter relações pacíficas com as outras devido às suas estruturas internas e às normas compartilhadas. Embora tal preocupação não tenha impedido que os EUA mantivessem uma relação harmoniosa com inúmeras ditaduras militares ao longo da história – em particular na América Latina e no Oriente Médio –, a crença é a de que o desenvolvimento de instituições democráticas pode criar melhores condições para a promoção da paz. Enquanto as estruturas de governo limitariam os conflitos nos quais líderes podem mobilizar a sociedade, as normas de resolução pacífica de conflitos conteriam o uso da violência, e as instituições permitiriam a difusão de informação num contexto estratégico (IKENBERRY, 2002a, pp.281-284; 2002b, pp.215-226, 236; 2003).

No nível militar, o “American way of war” enfatizou estratégias diretas, uma perspectiva industrial para a guerra e perspectivas intensivas de tecnologia e de poder de fogo para o combate. A agressividade em todos os níveis do aparato de guerra, uma busca por batalhas decisivas e o desejo de empregar esforços máximos caracterizam a cultura estratégica do país, sinalizando para a completa derrubada do inimigo e a destruição de seu poder militar. Para tanto, o papel da ciência e da tecnologia foi valorizado no planejamento e na condução da guerra. No caso das armas nucleares, a cultura estratégica norte-americana concebe que o uso direto desses sistemas não pode servir como uma continuação da política. A visão predominante sobre eles era a sua concepção como recursos para a dissuasão, pois, se as armas atômicas fossem introduzidas no combate, elas não poderiam ser contidas, confinadas ou limitadas. Assim, esses sistemas seriam diferentes em nível militar, político e psicológico em relação a outras armas de destruição em massa (MAHNKEN, 2009, p.69-80). Autores como Mearsheimer (1990; 1995; 2001, pp.363-366) sinalizam que as armas nucleares ampliariam os riscos e os custos da conquista, evidenciariam o poder relativo dos Estados, reduziriam os riscos de cálculos errados sobre a força relativa das coalizões e diminuiriam a importância de adições e de deserções não-previstas.

Tal cultura estratégica aponta para a defesa de interesses nacionais vitais norte-americanos na contemporaneidade, dentre os quais cabe citar, além da preservação de seus interesses econômicos, a segurança interna, conceito que remete à prevenção de ataque, invasão, conquista ou destruição do território do Estado



(ART, 1999, p.84). No contexto contemporâneo, as ameaças mais preocupantes hoje seriam, segundo Art (1999, p.84), Estados-pária e terroristas fanáticos armados com armas de destruição em massa, não ataques convencionais ou atômicos de países fortes. Esses desafios devem ser levados a sério, pois as armas de destruição em massa estão ao alcance de grupos não-estatais como consequência da maior disponibilidade de conhecimento científico básico para a fabricação desses sistemas, bem como da maior facilidade de aquisição dos meios para a sua produção. Ainda dentre os interesses vitais a serem preservados – para os quais a cultura estratégica sinaliza –, cabe destacar a manutenção da paz entre as grandes potências da Eurásia. Guerras e competições intensas na região reduziriam a habilidade dos EUA de conter a proliferação, além de que guerras e intensas competições trariam o risco de grande envolvimento dos EUA e seriam prejudiciais aos seus interesses econômicos (ART, 1999, pp.89-92).

Mastanduno (1999, pp.167-168) aponta que, após a Guerra Fria, a estratégia adotada pelos EUA foi caracterizada por políticas de reforço da segurança na relação com Estados preocupados com a preservação do *status quo*, de confrontação de países revisionistas e de engajamento com aqueles que permanecem indecisos. Haass (1997, p.4) propõe que os EUA adotem uma estratégia baseada na noção de “regulação”, a partir da qual agiriam em conjunto com os demais países quando possível e sozinhos quando necessário a fim de orientar e determinar o comportamento e as capacidades de governos e de outros atores. Porém, a forma como essas decisões e ações norte-americanas são definidas pela interação entre as tendências cognitivas e emocionais dos indivíduos e as identidades coletivas mais densas relacionadas à cultura estratégica permanece subexplorada, em particular no contexto das iniciativas voltadas para o controle de armas nucleares com a Rússia no mundo contemporâneo. Essa é uma das principais lacunas que a próxima seção procurará cobrir.

## Autoestima, cultura estratégica e controle de armas nucleares no governo Bush

No estudo da interação entre as tendências cognitivas e emocionais dos indivíduos e as identidades coletivas mais densas relacionadas à cultura estratégica norte-americana quanto ao controle de armas nucleares, é preciso le-

var em conta, primeiramente, o contexto de desenvolvimento da Nova Relação Estratégica entre EUA e Rússia, baseada na ampliação da cooperação político-econômica entre os dois países. As discussões sobre controle de armas e desarmamento vêm crescentemente se tornando uma conversação sobre o perfil de relacionamento que pretendem desenvolver em vez de uma negociação substantiva sobre a forma como cada lado deva regular suas forças militares (FOERSTER, 2002, pp.42-44). O desenvolvimento desse novo relacionamento tomou força após a segunda metade da década de 1990, quando ambos os países tornaram ainda mais claro o objetivo de vencer o legado de hostilidade da Guerra Fria e se mostraram pautados – pelo menos, em teoria – no “compromisso com os valores da democracia e do domínio da lei” e na “promoção da segurança (...) e de um mundo pacífico, próspero e livre” (BUSH & PUTIN, 2001), princípios esses que também norteiam a cultura estratégica norte-americana.

Nesse contexto de transformação do relacionamento entre os ex-rivais, as instituições internacionais tiveram papel fundamental na coordenação de suas agências de segurança, particularmente no que diz respeito ao combate às ameaças mais alarmantes no sistema internacional contemporâneo – como o terrorismo, a proliferação das armas de destruição em massa, o nacionalismo militante, a intolerância étnico-religiosa e a instabilidade regional –, as quais, nas palavras de tais líderes, encontram-se intimamente ligadas. Observa-se, na visão dos EUA, a ampliação das ações de Estados que desafiam regimes de segurança, dentre os quais cabe destacar a Coreia do Norte e o Iraque – então liderado por Saddam Hussein –, que, junto ao Irã, compuseram o que Bush chamou em 2002 de “Eixo do Mal”. Na sua visão, normas de conduta internacional e a existência de um regime legal não seriam suficientes para conter o comportamento ilegítimo e indesejado de tais Estados. Essa ameaça ocorre simultaneamente ao fortalecimento de atores não-estatais que não são limitados pelas normas internacionais, como as organizações terroristas (FOERSTER, 2002, pp.48-50). A cooperação entre EUA e Rússia desponta como um elemento crucial no esforço global contra essas ameaças por meio da coordenação e da cooperação ativa dentro da estrutura das instituições internacionais. É possível apontar como relevantes nessa conjuntura a provisão de estrutura para a negociação e a implementação de medidas de construção de confiança; o acolhimento dos pedidos de ajuda de membros cujos direitos legais foram violados; a coordenação de esforços para a manutenção da paz; a autorização e a coordenação da aplicação de medidas coercivas contra membros ou não-membros que ameaçam a segurança internacional e o estímulo à mudança de percepção dos beligerantes (FARER, 1989, p.171).

Nos EUA, o presidente da República tem papel fundamental na negociação e na implementação dos acordos relacionados ao controle de armas nucleares e também é um dos principais mantenedores da cultura estratégica. Ele é a figura central no núcleo responsável pela formulação das principais decisões da política de segurança estratégica norte-americana, sendo dotado de autoridade e responsabilidade formais sobre assuntos de política externa e de segurança nacional, controlando instituições e recursos necessários à implementação das ações do governo sobre tais questões e detendo informação para configurar problemas, apontar escolhas políticas e realizar estimativas sobre ações factíveis. Segundo a Constituição, o presidente é o comandante-chefe do Exército e da Marinha e pode requerer a opinião dos principais funcionários de cada departamento executivo sobre qualquer questão relacionada aos deveres deles. Ele tem o poder de responder a ataques aos EUA, exceto em casos de *impeachment*; pode assinar tratados, que devem ter o consentimento de pelo menos dois terços dos senadores presentes para a ratificação, e nomear membros da sua equipe com o consentimento do Senado (Estados Unidos da América, s.d.a.; s.d.b.). Em face da centralidade que o presidente assume no processo de formulação da decisão norte-americana com relação aos acordos internacionais relacionados ao controle de armas nucleares, ele será o ator considerado neste artigo, embora reconheça que existem outros mantenedores da cultura estratégica norte-americana como os secretários de Estado e de Defesa que atuam nesse tema e que poderão ser examinados em pesquisas futuras.

Aplicando os conceitos do construtivismo psicológico de Lebow (2008), é possível dizer que, a fim de preservar o prestígio dos EUA como grande potência no novo século e assim reforçar a sua própria autoestima como um líder neo-conservador e a autoestima coletiva como pilar da democracia e da liberdade no mundo e maior potência militar do planeta, George W. Bush assume, com base na identidade coletiva institucionalizada de defesa dos valores liberais e da agressividade do “American way of war” na cultura estratégica do país, uma nova política. Ela colocava o poder norte-americano no centro da estratégia e sinalizava que tal poder derivava de uma combinação da força militar sem paralelos com a incorporação da liberdade e da democracia, valores que compunham a cultura estratégica do país. Essa escolha visando ao reforço da autoestima individual e coletiva somou-se ao apetite pelo controle direto e indireto de áreas de influência e de regiões estrategicamente importantes à economia neoliberal norte-americana e a uma postura mais flexível em relação às regras e normas internacionais que

governam a busca dos Estados por status e riqueza. Isso resultou em posturas predominantemente unilaterais na condução da política externa, que por vezes assumiu convenientemente feições mais multilaterais de acordo com as circunstâncias.

Na busca do fortalecimento da autoestima individual por meio da conquista da honra e do prestígio domésticos e da autoestima coletiva com a adoção de uma política mais agressiva no nível internacional, Bush trazia uma ênfase especial à preservação do poder e da liderança norte-americanos; ao combate aos Estados-pária e às organizações terroristas, já que a preocupação de que essas últimas pudessem adquirir armas de destruição em massa levou, segundo Daalder & Lindsay (2005, pp.119-120), a administração Bush a focar os países que eram capazes de ajudá-las a adquirir essas tecnologias; e à necessidade de atuar preemptivamente<sup>3</sup>. Embora Bush ainda as visse como necessárias, as antigas doutrinas de dissuasão presentes na cultura estratégica norte-americana não eram mais concebidas como suficientes para garantir a defesa norte-americana. A promessa de retaliação maciça contra nações significaria nada contra redes terroristas sem cidadãos para defender, nem os EUA poderiam confiar em tratados assinados por Estados que consideravam “tiranos”. Em face disso, Bush defendia a prontidão para a ação preemptiva – o Estado agiria contra ameaças iminentes antes que estivessem plenamente configuradas –, com base na ideia de que, quanto maior fosse a ameaça, maior seria o risco de inação e mais atraente seria o uso de ações antecipatórias na garantia da autodefesa. O presidente destacou que se esforçaria para obter o apoio internacional para as ações militares, mas não hesitaria em agir sozinho se necessário a fim de exercer o direito de autodefesa por meio da ação preemptiva (DAALDER & LINDSAY, 2005, pp.119-121).

As tendências cognitivas e emocionais mais conservadoras de Bush refletiram-se no perfil do relacionamento buscado com a Rússia, em particular no que dizia respeito aos assuntos nucleares. Tais tendências já eram visíveis em sua campanha presidencial em 2000, quando o então governador do Texas e seus conselheiros de campanha defenderam a adoção de uma linha de política externa mais rígida em relação à Rússia e expressaram as intenções de “ir além” das limitações estipuladas pelos acordos extensos e densos da Guerra Fria para o contro-

---

3 Segundo Dockrill (2006, p.346), “[p]reemptive attack can be defined as an attack that supposedly takes place ‘at some point between the moment when an enemy decides to attack—or more precisely, is perceived to be about to attack—and when the attack is actually launched’—the case for the ‘anticipatory self-defense’ scenario. As opposed to preemption, ‘prevention’ or preventive war ‘intends to deal with a problem before it becomes a crisis’, rather than ‘in the heat of a crisis’”.

le de armas atômicas e de realizar reduções ofensivas estratégicas. Bush e seus conselheiros para política externa – liderados pela doutora Condoleezza Rice e chamados “os vulcanos”, em referência ao deus romano do fogo e do metal, a fim de transmitir as ideias de poder, firmeza e resistência – indicavam durante a campanha que a perspectiva de Bill Clinton para a Rússia fora uma “falha total”, pois tinha dedicado muito tempo e recursos à tentativa de estimular as mudanças domésticas nesse país. Além de defenderem que os EUA não intervissem nos assuntos internos russos, Bush e os “vulcanos” expressaram indiferença quanto à integração da Rússia às instituições internacionais e enfatizaram a cooperação com os aliados dos norte-americanos na Europa Ocidental e na Ásia. Honrando sua posição de líder neoconservador e reforçando o prestígio de seu país como maior potência bélica do mundo, Bush prometia aderir a um “realismo duro” em referências à Rússia e à China. Comprometeu-se a eliminar o “romantismo” com que a equipe de Clinton tratava a Rússia, vista por Bush e pelos “vulcanos” como uma grande potência, mas em declínio, o que a tornava “errática e perigosa”. Os conselheiros de Bush disseram que iriam acabar com a “conversa mole” e dariam um fim à perspectiva “hiperpersonalizada” de Clinton em relação a Yeltsin, a qual fez com que a política para a Rússia se tornasse “sinônimo da agenda do presidente russo”. Bush ameaçou aplicar sanções se a Rússia continuasse a prover o Irã de tecnologia nuclear, e alguns de seus conselheiros chegaram a sugerir que não considerariam os interesses de membros do Executivo russo ao lidar com assuntos de segurança europeus (GOLDGEIER & McFAUL, 2002).

Também desde a época eleitoral, Bush anunciara que tentaria modificar o ABM a fim de desdobrar um sistema nacional de defesa antimísseis. Se os membros do Executivo russo se recusassem a emendar o tratado, ele sugeriu que poderia denunciar o acordo. Para atender às necessidades de segurança do mundo pós-Guerra Fria, o presidente pretendia explorar todas as opções disponíveis, como defesas com base no mar e a *laser*. Além disso, planejava conduzir reduções ofensivas estratégicas compatíveis “com as necessidades de segurança nacional”, sem obrigatoriamente assinar tratados detalhados, complexos e robustos com a Rússia visando à maior flexibilidade para a condução das reduções e à composição do arsenal. Ele indicou que armas baseadas num cenário estratégico ultrapassado eram “caros resquícios de conflitos mortos” (GOLDGEIER & McFAUL, 2002). A nova Revisão da Postura Nuclear (NPR, na sigla em inglês) provavelmente se basearia nas conclusões de um relatório de janeiro de 2001 do Instituto Nacional para Política Pública (NIPP, na sigla em inglês). A ideia central do relatório era a

de que, numa era de incerteza estratégica, os EUA precisariam de “flexibilidade” para reduzir ou reconstituir suas forças nucleares de acordo com as circunstâncias, idealmente sem os limites impostos por acordos tradicionais sobre o controle e a redução de armas. Parte dessa “flexibilidade” incluía o desenvolvimento de “papéis futuros” para armas nucleares. Elas seriam empregadas para deter nações cujos líderes desejassem conduzir um ataque contra os EUA com armas químicas e biológicas; para limitar baixas norte-americanas num conflito convencional de grandes proporções e para atender a “necessidades especiais de ataque”, como atingir instalações de comando subterrâneas. Tal ação em resposta a eventos externos minava aspectos da cultura estratégica norte-americana que a originara – possibilidade levantada por Lebow (2008) –, já que sinalizava que as armas nucleares poderiam vir a ser utilizadas no campo de batalha e não mais somente com a função de dissuasão. Na opinião dos críticos da NPR, os benefícios derivados da redução de forças poderiam ser anulados pelos novos perigos inerentes a uma política que legitimasse o uso de armas nucleares em certos cenários de conflito regional. Isso trazia a possibilidade de, por exemplo, incitar a proliferação e contradizer o compromisso norte-americano, sob o Artigo VI do TNP, de tomar medidas concretas com o objetivo de eliminar seu arsenal nuclear, reafirmado na Conferência de Revisão do tratado em 2000 (KERREY & HARTUNG, 2001).

Para Bush, as armas nucleares ofensivas estratégicas não tinham deixado de ser importantes para a garantia da segurança norte-americana, mas, no planejamento para o novo contexto internacional, o arsenal não precisava mais ter os mesmos tamanho e composição, que refletiam as necessidades de uma situação estratégica de dez anos antes. Tais armas continuariam a ter um papel decisivo, embora estivessem em menor número e compusessem uma estratégia caracterizada por uma maior diversidade de opções militares para lidar com as novas ameaças. A dissuasão nuclear ainda era um elemento essencial da política de segurança norte-americana, mas uma estratégia caracterizada pela credibilidade precisava ser adaptada às circunstâncias do século XXI. Ela deveria estar baseada na combinação de capacidades ofensivas nucleares e não-nucleares e sistemas defensivos, que negariam a adversários a oportunidade e os benefícios do uso de armas de destruição em massa contra os EUA. O presidente russo Vladimir Putin compartilhava o interesse de efetuar reduções ofensivas estratégicas. Porém, enquanto Bush e alguns membros de seu governo sugeriam que fossem realizadas unilateralmente, podendo incluir anúncios coordenados de cada lado e o consentimento bilateral quanto ao uso de certas medidas de verificação, os russos preferiam um

acordo legalmente vinculante, que formalizasse as intenções de ambas as partes de reduzir seus arsenais estratégicos e que definisse medidas de monitoramento e de verificação específicas e detalhadas (GOTTEMOELLER, 2001).

Bush apontou a intenção de desenvolver uma nova estrutura estratégica que envolveria o desdobramento de defesas antimísseis e as reduções ofensivas estratégicas. Aos poucos, Bush e os membros de sua administração abandonaram a retórica do “realismo duro” que defenderam durante a campanha presidencial e viram que, em termos estratégicos, a Rússia inserida na comunidade de Estados ocidentais atendia mais a seus objetivos, especialmente pós-11 de setembro. Bush percebeu que sua agenda de segurança, incluindo a denúncia do ABM, poderia ser posta em prática mais facilmente com uma relação mais cooperativa com os membros do Executivo russo. Observam-se concessões feitas pelos representantes de cada lado em áreas distintas – porém interligadas – do seu interesse: Bush concordou em negociar reduções ofensivas estratégicas de forma mais densa, não descartando a possibilidade de assinatura de um novo acordo juridicamente vinculante, em face do consentimento – sem, contudo, ter havido efetivo apoio – dos membros do Executivo russo à denúncia do ABM (GOLDGEIER & McFAUL, 2002). Os norte-americanos conquistavam a liberdade para desdobrar a defesa antimísseis, e os russos viam a possibilidade de que os norte-americanos confirmassem, talvez num acordo legalmente vinculante, a intenção de realizar reduções ofensivas estratégicas a um nível que Putin e sua equipe fossem economicamente capazes de sustentar. Além disso, os norte-americanos ampliariam a cooperação político-econômica com a Rússia (GOTTEMOELLER, 2001; GOLDGEIER & McFAUL, 2002). Tal relação, em vez de estar baseada nos efeitos deletérios de uma “balança de terror nuclear”, seria embasada nos interesses e nas responsabilidades comuns e pautada na abertura e na confiança.

Nesse contexto, insere-se a emissão da Revisão Quadrienal de Defesa (QDR, na sigla em inglês) no fim de setembro de 2001, marcando a transição para uma nova era na definição da estrutura estratégica norte-americana. Um dos objetivos da QDR era a mudança do planejamento de defesa de um “modelo baseado na ameaça” (*threat-based model*), que havia dominado o pensamento estratégico durante a Guerra Fria, para um “baseado nas capacidades” (*capabilities-based model*). Esse último enfoca mais a forma de ataque por um adversário do que especificamente quem ele seja ou onde uma guerra possa ocorrer. Tal perspectiva apontava que os EUA precisavam ampliar capacidades a fim de deter e de derrotar adversários que utilizassem a surpresa, a trapaça e “estratégias assimétricas de

guerra” a fim de alcançar seus objetivos. A QDR estava completa antes de 11 de setembro, e, de forma decisiva, os ataques confirmavam sua orientação estratégica e seus princípios de planejamento, particularmente a ênfase na defesa interna, no “elemento surpresa”, na preparação para lidar com “ameaças assimétricas”, na necessidade de desenvolver novos conceitos de defesa e numa estratégia baseada na ampliação de capacidades e na necessidade de contrabalançar deliberadamente as diferentes dimensões do risco. Para deter as ameaças, a QDR sugeria uma perspectiva multifacetada para a segurança estratégica, provendo o presidente de um amplo leque de opções militares para desencorajar a agressão ou qualquer forma de coerção por parte de Estados ou entidades não-estatais (The Acronym Institute, 2001).

Livres das limitações de novos tratados com termos precisos e complexos, Bush e sua equipe poderiam ajustar forças nucleares sem acusações de que romperiam os acordos estabelecidos, fortalecendo sua autoestima enquanto líder e a dos EUA como grande potência ao lidar com os novos desafios aos valores e princípios presentes na cultura estratégica do país. Essa flexibilidade poderia impedir que outros Estados, como a China, buscassem paridade estratégica. Alcançando entendimento com os membros do Executivo russo com respeito ao ABM e às “reduções unilaterais cooperativas”, Bush acreditava que os EUA e a Rússia poderiam levar o processo de reduções ofensivas estratégicas além do que estava determinado na plataforma dos Tratados sobre Redução de Armas Estratégicas (START, na sigla em inglês). Ademais, a construção e o desdobramento de sistemas defensivos, embora imperfeitos num primeiro momento, poderiam reduzir a atração de Estados-párias por mísseis balísticos. A defesa fortaleceria – e não substituiria – a capacidade nuclear. Na sua visão, eliminando o peso de acordos e de negociações contraproducentes, Bush encontrava-se numa situação mais favorável à construção de um novo paradigma estratégico, que preservaria sua segurança e que permitiria que as relações russo-americanas fossem “além” da Guerra Fria (CIRINCIONE & WOLFSTHAL, 2001).

Em relação a possíveis novos acordos legalmente vinculantes sobre reduções ofensivas estratégicas, o presidente norte-americano destacou que os EUA e a Rússia não precisariam de novas “horas intermináveis de discussões” nem de acordos que reduzissem sistemas “numa forma significativa”, já que os dois países tinham uma “relação baseada na confiança”. Bush até ofereceu a assinatura de “um pedaço de papel”, mas indicou que, para ele, um aperto de mão era suficiente. Afirmando que o mundo tinha um longo caminho até que as relações in-



ternacionais fossem baseadas apenas na confiança, Putin gostaria de “formalizar” as reduções. Ele apontou que os dois países deveriam assinar “um acordo formal, confiável e verificável sobre reduções mais amplas das armas norte-americanas e russas” (DAVIS, 2002; WOOLF, 2002). Diversos especialistas afirmavam que Bush poderia até concordar em assinar um acordo legalmente vinculante sobre reduções ofensivas estratégicas com Putin, mas desde que os russos fizessem concessões em relação aos testes da defesa antimísseis e que esse novo acordo não impusesse limitações consideráveis à operação das forças ofensivas dos EUA. Não interessava a Bush e a membros de sua equipe de política externa e de segurança nacional arcar com os excessivos custos políticos de novos acordos complexos, minuciosos e precisos com a Rússia, os quais, por exemplo, impusessem um grande número de restrições à manutenção, à operação e à modernização de suas forças ofensivas estratégicas (SOKOV, 2002, 2003).

Como resultado, Bush, indicando que o ABM impedia os EUA de se protegerem contra ataques de mísseis, disse em dezembro de 2001 que os EUA realizariam a denúncia do tratado. Os russos não demonstraram apoio à ação, mas ofereceram seu consentimento. Putin deixou claro que a Rússia consideraria o START II, que ainda não tinha entrado em vigor, como definitivamente morto (WOOLF, 2002). Com relação às reduções ofensivas estratégicas, o SORT representou uma síntese, em termos do conteúdo, da maior parte das propostas de Bush (WOOLF, 2002; Jesus, 2008, p.433), visando à preservação de sua própria autoestima enquanto negociador de temas relacionados ao controle de armas e da autoestima coletiva norte-americana por meio da preservação da autonomia e da flexibilidade para lidar com os novos desafios estratégicos, conceito presente na própria cultura estratégica norte-americana. Embora Putin quisesse provisões que refletissem o equilíbrio entre reduções ofensivas estratégicas e limites sobre defesas antimísseis potencialmente desestabilizadoras, o máximo que conseguiu obter nas negociações foi o acordo juridicamente vinculante, preservando o compromisso norte-americano de redução de ogivas mesmo após o fim da administração Bush e conseguindo um instrumento mais formal que poderia ajudá-lo a lidar com a oposição a políticas consideradas “pró-ocidentais” (HOLUM, 2002; LODGAARD, 2003; JESUS, 2008, p.433; QUINTELLA, 2002; WOOLF, 2002). A fim de preservar a flexibilidade estratégica tão valorizada na cultura estratégica norte-americana para lidar com as ameaças no novo contexto da segurança internacional, Bush procurou evitar controles rígidos sobre veículos de lançamento, ogivas armazenadas e defesa antimísseis em acordos juridicamente vinculantes como os

assinados durante a Guerra Fria. Além disso, sinalizou o objetivo de reduzir ogivas nucleares estratégicas operacionalmente desdobradas a 1.700 – 2.200 (Center for Arms Control and Non-Proliferation, 2002, 2003; JESUS, 2008, pp.434-435).

Os debates sobre os testes nucleares foram marcados pela recusa de Bush à submissão do Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês) para a reconsideração do Senado e, apesar da reafirmação do objetivo de não-retomada dos testes, pela busca do fortalecimento de suas condições preparatórias (YOST, 2005, p.97; JESUS, 2008, p.440). A posição crítica ao CTBT era adotada por Bush e por grande parte dos membros mais conservadores da sua administração. Essa posição remetia a pressões de diversos funcionários do Pentágono, que mostravam seu interesse em conquistar a autorização para a pesquisa sobre perfuradores nucleares, o que necessitaria de testes para a modificação de bombas. Ademais, eram a favor da prontidão para testes diante da possível necessidade de se produzirem novas ogivas e de se resolverem problemas nas existentes (JESUS, 2008, p.440). Bush procurava convencer seus opositores de que era preciso deixar claro para Estados-pária e organizações terroristas que os EUA usariam suas armas nucleares caso considerassem necessário. Se as lideranças norte-americanas não dispusessem de sistemas atômicos de menor porte ou modificados, os inimigos poderiam ficar em dúvida sobre sua disposição de conduzir um ataque. Nesse sentido, para Bush e funcionários do Departamento de Defesa, os esforços de modernização reforçariam a dissuasão ao modificarem a percepção do adversário acerca daquilo que os EUA estariam dispostos a fazer em um contexto de crise (JESUS, 2008, p.440).

## Considerações finais

Uma maior consideração da psicologia do formulador de decisão – no caso deste artigo, de George W. Bush – permite uma observação mais precisa de motivações básicas relacionadas a segurança, apetite e autoestima, que demonstram o quão complexa é a operação de mecanismos de formulação e tomada de decisão em “seres emocionais”. O construtivismo psicológico viabiliza também a conexão entre as tendências cognitivas e emocionais dos indivíduos e as identidades coletivas mais densas, no caso aqui proposto a cultura estratégica dos Estados. Com o objetivo de preservar o prestígio dos EUA como grande potência e assim reforçar a sua própria autoestima como um líder neoconservador e a au-

toestima coletiva dos EUA como pilar da democracia e da liberdade no mundo, Bush adotou, a partir da identidade coletiva institucionalizada de defesa dos valores liberais e da agressividade do “American way of war”, uma política que colocava o poder norte-americano no centro da estratégia e sinalizava que tal poder derivava de uma combinação da força militar sem paralelos com a incorporação da liberdade e da democracia. Para tanto, Bush buscou evitar controles rígidos em acordos juridicamente vinculantes sobre controle de armas como os do mundo bipolar. A partir dessa maior ênfase na dimensão psicológica e sua ligação com as reflexões sobre cultura estratégica, estudos futuros poderão se debruçar sobre como tal ligação constitui inúmeras decisões de política externa – não apenas relacionadas ao controle de armas nucleares – em outros momentos da história da política externa norte-americana.

## Referências bibliográficas

- ART, R.J. Geopolitics updated: the strategy of selective engagement. **International Security**, v.23, n.3, pp.79-113, inverno 1998/1999.
- BROOKS, S.G.; WOHLFORTH, W.C. American primacy in perspective. **Foreign Affairs**, v.81, n.4, jul./ago.2002.
- BUSH, G.W.; PUTIN, V. Joint Statement on New U.S.-Russian Relationship. **White House website**, 13 nov. 2001. Disponível em: <[http://www.whitehouse.gov/briefing\\_room](http://www.whitehouse.gov/briefing_room)>. Acesso em: 8 out. 2009.
- CENTER FOR ARMS CONTROL AND NON-PROLIFERATION. **Briefing book on the Bush-Putin Summit and the U.S. Nuclear Posture Review**. Washington, D.C., 2002. Disponível em: <<http://www.armscontrolcenter.org/2002summit>>. Acesso em: 26 jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. **Briefing book on Strategic Offensive Reductions Treaty or Treaty of Moscow**. Washington, D.C., 2003. Disponível em: <<http://www.clw.org/control/sort-briefing-book.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2004.
- CIRINCIONE, J.; WOLFSTHAL, J.B. What if the new strategic framework goes bad? **Arms Control Today**, v.31, n.9, nov. 2001. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/act/2001\\_11/cirincionenov01.asp](http://www.armscontrol.org/act/2001_11/cirincionenov01.asp)>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- DAALDER, I.H.; LINDSAY, J.M. **America unbound: the Bush revolution in foreign policy**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2005.
- DAVIS, R. A. Nuclear offensive arms reductions – past and present. **U.S. Foreign Policy Agenda**, v.7, n.2, jul. 2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0702/ijpe/davis.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2004.

DOCKRILL, S.R. Dealing with fear: implementing the Bush doctrine of preemptive attack. **Politics & Policy**, v.34, n.2, pp.344-373, 2006.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). Artigo II. Seção 2. Cláusula 1. The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, when called into the actual Service of the United States; he may require the Opinion, in writing, of the principal Officer in each of the executive Departments, upon any Subject relating to the Duties of their respective Offices, and he shall have Power to grant Reprieves and Pardons for Offences against the United States, except in Cases of Impeachment. **The United States Constitution**, Washington, D.C., s.d.a. Disponível em: <<http://www.house.gov/Constitution/Constitution.html>>. Acesso em: 11 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Artigo II. Seção 2. Cláusula 2. He [The President] shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, Judges of the supreme Court, and all other Officers of the United States, whose Appointments are not herein otherwise provided for, and which shall be established by Law: but the Congress may by Law vest the Appointment of such inferior Officers, as they think proper, in the President alone, in the Courts of Law, or in the Heads of Departments. **The United States Constitution**, Washington, D.C., s.d.b. Disponível em: <<http://www.house.gov/Constitution/Constitution.html>>. Acesso em: 11 set. 2004.

FARER, T. The role of regional collective security arrangements. In: WEISS, Thomas. (Ed.) **Collective security in a changing world**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1989. p.153-186.

FOERSTER, S. The changing international context. In: LARSEN, J. (Ed.) **Arms control: cooperative security in a changing environment**. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. pp.41-54.

GOLDGEIER, J.; MCFAUL, M. **George W. Bush and Russia: the great reversal**. **Current History**, v.101, n.657, out. 2002. Disponível em: <[http://www.currenthistory.com/pdf\\_files/101/657/101\\_657\\_313.pdf](http://www.currenthistory.com/pdf_files/101/657/101_657_313.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2004.

GOTTEMOELLER, R. Offense, defense, and unilateralism in strategic arms control. **Arms Control Today**, v.31, n.7, set. 2001. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/act/2001\\_09/gottemoellersept01.asp](http://www.armscontrol.org/act/2001_09/gottemoellersept01.asp)>. Acesso em: 24 jul. 2004.

HAASS, R. **The reluctant sheriff: the United States after the Cold War**. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1997.

HOLUM, J. Assessing the new U.S.-Russian pact. **Arms Control Today**, v.32, n.5, jun. 2002. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/act/2002\\_06/holumjune02.asp](http://www.armscontrol.org/act/2002_06/holumjune02.asp)>. Acesso em: 24 jul. 2004.

HYMANS, J.E.C. The arrival of psychological constructivism. **International Theory**, v.2, n.3, pp.461-467, 2010.

- IKENBERRY, G.J. America's liberal Grand Strategy: democracy and national security in the Post-War Era. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **American foreign policy: theoretical essays**. 4. ed.. Nova York: Longman, 2002a. pp.274-296.
- \_\_\_\_\_. Democracy, institutions, and American restraint. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **America unrivaled: the future of the balance of power**. Ithaca, Londres: Cornell University Press, 2002b. pp.213-238.
- \_\_\_\_\_. Strategic reactions to American preeminence: great power politics in the age of unipolarity. **National Intelligence Council**, jul.2003. Disponível em: <[http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cia/nic2020/strategic\\_reactions.pdf](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cia/nic2020/strategic_reactions.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2007.
- JESUS, D.S.V. Treze passos para o Juízo Final: a nova era do desarmamento nuclear dos Estados Unidos e da Rússia. **Contexto Internacional**, v.30, n.2, pp.399-466, maio/ago.2008.
- KARTCHNER, K.M. Strategic Culture and WMD Decision Making. In: JOHNSON, J.L.; KARTCHNER, K.M.; LARSEN, J.A. (Ed.). **Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: culturally based insights into comparative national security policy-making**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, pp.55-67.
- KERREY, R.; HARTUNG, W.D. Toward a new nuclear posture: challenges for the Bush administration. **Arms Control Today**, v.31, n.3, abr. 2001. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/act/2001\\_04/kerrey.asp](http://www.armscontrol.org/act/2001_04/kerrey.asp)>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- KUPCHAN, C.A. **The end of the American era: U.S. foreign policy and the geopolitics of the twenty-first century**. Nova York: A. Knopf, 2003.
- LANTIS, J.S. Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism. In: JOHNSON, J.L.; KARTCHNER, K.M.; LARSEN, J.A. (Ed.). **Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: culturally based insights into comparative national security policy-making**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, pp.33-52.
- LARSEN, J. National security and neo-arms control in the Bush administration. **Disarmament Diplomacy**, n.80, outono 2005. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd80/80jal.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2005.
- LEBOW, R.N. **A Cultural Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LODGAARD, S. Good news for non-proliferation? The changing relationship between Russia, NATO and the NPT. **Disarmament Diplomacy**, n.69, fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd69/69op02.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.
- MAHNKEN, T.G. U. S. Strategic and Organizational Subcultures. In: JOHNSON, J.L.; KARTCHNER, K.M.; LARSEN, J.A. (Ed.). **Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: culturally based insights into comparative national security policymaking**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, pp.69-84.

- MASTANDUNO, M. Preserving the unipolar moment: realist theories and U.S. grand strategy after the Cold War. In: KAPSTEIN, E. B.; MASTANDUNO, M. (Eds.). **Unipolar politics: Realism and state strategies after the Cold War**. Nova York: Columbia University Press, 1999. pp.138-181.
- MEARSHEIMER, J.J. **Back to the future: instability in Europe after the Cold War**. **International Security**, v.15, n.1, p.5-56, 1990.
- \_\_\_\_\_. The false promise of international institutions. **International Security**, v.19, n.3, pp.5-49, 1994/1995.
- \_\_\_\_\_. **The tragedy of great power politics**. Nova York: WW Norton, 2001.
- QUINTELLA, T. M. M. A Rússia e o Ocidente na Pós-Pós-Guerra Fria. **Panorama da Conjuntura Internacional**, n.14, jul./set. 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama.html>>. Acesso em: 15 out. 2003.
- SOKOV, N. The agenda for arms control negotiations after the Moscow Treaty. **Program on New Approaches to Russian Security (PONARS) Policy Memos**, n.278, 2002. Disponível em: <[http://www.csis.org/ruseura/ponars/policymemos/pm\\_0278.pdf](http://www.csis.org/ruseura/ponars/policymemos/pm_0278.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. The Russian nuclear arms control agenda after SORT. **Arms Control Today**, v.33, n.3, abr. 2003. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/act/2003\\_04/sokov\\_apr03.asp](http://www.armscontrol.org/act/2003_04/sokov_apr03.asp)>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- THE ACRONYM INSTITUTE. US Quadrennial Defence Review. **Disarmament Diplomacy**, n.60, set. 2001. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd60/60doc06.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.
- WOHLFORTH, W. A matter of honor. **International Theory**, v.2, n.3, pp.468-474, 2010.
- WOOLF, A.F. **Nuclear arms control: the Strategic Offensive Reductions Treaty**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, The Library of Congress, 2002 (atualização 2003). Disponível em: <[http://www.usembassy.at/en/download/pdf/nucl\\_arms.pdf](http://www.usembassy.at/en/download/pdf/nucl_arms.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2004.
- YOST, D.S.. New approaches to deterrence in Britain, France, and the United States. **International Affairs**, v.81, n.1, pp.83-114, 2005.